



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

03/10/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Juro real sobe em meio a batalha do BC contra expectativas de inflação

A queda da inflação nos últimos meses pode ser explicada por uma combinação de redução de tributos, queda de preços de commodities em reais e efeito da política monetária.

Para que esse processo se mantenha nos próximos meses, no entanto, será necessário acrescentar nessa equação uma solução para o problema fiscal desenhado para 2023, que afeta as expectativas de inflação e, desse modo, o juro real.

A taxa real de juros pode ser medida pela diferença entre as expectativas para os juros e para a inflação nos próximos 12 meses. Atualmente, está em 8,2% ao ano, segundo cálculo da MCM Consultores, que considera a média no atual trimestre. É o maior valor em uma lista com 40 países, segundo o ranking da gestora Infinity Asset Management.

Esse é o maior nível em sete anos, desde os quase 10% alcançados no início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (PT).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 02 de outubro.

Brasil tem recorde de 39,307 milhões de informais no trimestre até agosto

O País registrou uma taxa de informalidade de 39,7% no mercado de trabalho no trimestre até agosto de 2022.

O Brasil alcançou um recorde de 39,307 milhões de trabalhadores atuando na informalidade no período, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE).

Em um trimestre, mais 179 mil pessoas passaram a atuar como trabalhadores informais. A geração de vagas no período totalizou 1,497 milhão, ou seja, foi puxada majoritariamente por ocupações formais.

"Notamos que, diferentemente de outros momentos que a gente já mostrou aqui, a expansão da população ocupada informal fica menor do que a expansão da ocupação como um todo. O peso da informalidade, a contribuição da informalidade na expansão global da ocupação é bem menor que o verificado em momentos anteriores", afirmou Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

A alta na informalidade em um trimestre foi de 0,5%.

Em relação a um ano antes, o contingente de trabalhadores informais cresceu 5,6%, 2,101 milhões de pessoas a mais atuando nessa condição.

Saiba mais em: A Tribuna, sábado 01 de outubro.

Micro e pequenas empresas criaram mais de 70% dos empregos de agosto

No mês de agosto, as micro e pequenas empresas (MPE) foram responsáveis por mais de 70% do total de empregos criados no país, mostra levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Do saldo de 278,6 mil contratações no período, 199,6 mil vagas formais foram criadas por essas empresas.

"São o segmento com melhores condições para responder ao desafio da criação de empregos no país. Agosto foi o oitavo mês consecutivo que os pequenos negócios apresentaram saldo positivo", apontou o presidente do Sebrae, Carlos Melles. Ele destacou que a média mensal de empregos gerados pelos pequenos negócios, desde o início do ano, é superior a 160 mil.

No acumulado do ano, o país gerou 1,8 milhão de empregos, sendo as micro e pequenas empresas responsáveis por 1,3 milhão (71,7%). As médias e grandes, por sua vez, criaram 400 mil postos de trabalho, o que corresponde a 21,5% do total.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 03 de outubro.

PGR pede regra para expropriação de locais usados para trabalho escravo

O procurador-geral da República, Augusto Aras, ajuizou, no Supremo Tribunal Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) em que alega a demora do Congresso Nacional em regulamentar a expropriação de propriedades rurais e urbanas utilizadas para a exploração de trabalho análogo à escravidão.

A expropriação, para fins de reforma agrária e de programas de habitação popular, está prevista no artigo 243 da Constituição, com redação dada pela Emenda Constitucional 81/2014. O dispositivo também autoriza o confisco de todo bem de valor econômico apreendido em decorrência da prática.

Segundo Aras, a previsão está há mais de oito anos sem que o Legislativo lhe dê eficácia e concretização, o que acarreta prejuízos ao combate a essa prática. Ele pede que o STF estabeleça um prazo razoável para que o Congresso Nacional regule o dispositivo e que, enquanto não houver regulamentação, seja aplicada ao caso a legislação federal relativa à expropriação de culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

A ação foi distribuída ao ministro Luiz Fux. Com informações da assessoria de imprensa do Supremo Tribunal Federal. Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 03 de outubro.

Governo Bolsonaro corta verba de ações para mulheres em até 99% no Orçamento de 2023

Dois terços das ações que beneficiam mulheres no Orçamento tiveram cortes na proposta para 2023, enviada pelo governo Jair Bolsonaro (PL) ao Congresso no fim de agosto. Nos casos mais expressivos, a tesourada representa 99% do que havia sido reservado inicialmente em 2022.

Os dados foram reunidos pela Folha usando a lista de iniciativas consideradas pelo próprio governo na formulação do chamado Orçamento Mulher, uma relação de políticas públicas que exercem impacto nos direitos da população feminina do país.

O documento elenca 79 ações orçamentárias, que incluem desde medidas focadas no combate à desigualdade de gênero até políticas universais, mas que afetam as mulheres de forma distinta. Nesse segundo grupo, há iniciativas nas áreas de saúde, educação, habitação e assistência social.

Na proposta para 2023, 74 dessas ações continuaram sendo contempladas com previsão de recursos. Desse grupo, 47 (ou 63,5%) sofreram redução de verbas em relação à reserva inicial para 2022.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 01 de outubro.

Aneel mantém bandeira verde na conta de luz em outubro

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) anunciou nesta sexta-feira (30) que manterá a bandeira tarifária verde, sem acréscimos à tarifa de energia, para todos os consumidores em outubro.

A agência afirma que a manutenção da bandeira reflete boas condições de geração de energia elétrica e não houve necessidade de acionamento de usinas mais caras.

É o sexto anúncio de tarifa verde desde o fim da bandeira escassez hídrica, que durou de setembro de 2021 até abril deste ano.

Para os consumidores beneficiários da tarifa social, que não precisaram pagar a bandeira escassez hídrica, a bandeira verde é válida desde dezembro de 2021. Antes disso, esses consumidores pagavam a tarifa amarela. A mudança representou uma diminuição de R\$ 1,87 para cada 100 kWh gastos.

O sistema de bandeiras tarifárias foi adotado em 2015 para indicar, na conta de luz, os custos da geração de energia elétrica.

As três cores usadas nas bandeiras -verde, amarela ou vermelha- imitam o alerta de um semáforo para sinalizar o nível de preço para se manter a oferta de energia.

As tarifas de energia e as bandeiras não são a mesma coisa. As tarifas são a maior parte da conta de luz e servem para cobrir os custos de geração, transmissão e distribuição da energia elétrica, além dos encargos setoriais. Já as bandeiras refletem os custos da geração, que são variáveis de acordo com a fonte.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 01 de outubro.